

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
**(Organizador)**

# **A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO**



**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**

(Organizador)

# A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
S678	A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-535-8 DOI 10.22533/at.ed.358191408  1. Ciências sociais. 2. Comportamento humano. 3. Desenvolvimento humano. 4 Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de.  CDD 300
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A **Sociologia e as questões impostas ao desenvolvimento humano**, coletânea de dezoito capítulos de pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute o desenvolvimento humano e seus desdobramentos por meio da sociologia.

Partindo para as temáticas impressas nos capítulos aqui reunidos, temos desde contribuição que versa sobre o pensamento de Weber, passando por cultura e tradução e alcançando análises sobre literatura, língua, linguagem, discurso, regionalismo e nacionalidade. As relações sociais também encontram espaço na presente obra a partir da figura do casamento, bem como da relevância da dança como recurso para o ensino infantil.

Permanecendo nos discursos, mas agora na denúncia de abusos, decorrentes do não reconhecimento das outridades, há colaborações que evidenciam a violência perpetrada por meio de práticas machistas, da exploração de crianças devido a invisibilidade social e da denúncia ao assédio sofrido. O papel da mulher no espaço público, notadamente no cenário político, é apresentado como condição de autonomia feminina que, movida pelos seus interesses, pelo seu querer, dita as regras de suas ações, de sua vida.

Convidamos a todos a experimentar as leituras deste volume que é composto pelas seguintes participações:

- **MAX WEBER FRAGMENTADO: ANÁLISE SOBRE A IMPORTAÇÃO SECCIONADA DE IDEIAS INTELECTUAIS**, de Márcio José Rosa de Carvalho;
- **CULTURA E TRADUÇÃO: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA**, de Paulo Gerson Rodrigues Stefanello;
- **COMPREENDENDO O OLHAR DO USUÁRIO SOBRE A LÍNGUA: MITOS IDEOLOGICAMENTE E CULTURALMENTE SITUADOS**, de Maressa de Jesus Evangelista e Glória Dias Soares Vitorino;
- **MÍDIA, LINGUAGEM E EXCLUSÃO: A DESIGUALDADE SOCIAL POR MEIO DA PREDILEÇÃO DE USOS LINGUÍSTICOS**, de Danúbia Aline Silva Sampaio e Jairo Venício Carvalhais Oliveira;
- **DESIGUALDADE E CIÊNCIA: O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS**, de Carla Andréia Schneider e Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti;
- **DISCURSO JORNALÍSTICO E DESIGUALDADE SOCIAL: CONTEXTOS E IMPLÍCITOS EM EXPRESSÕES MULTIMODAIS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO**, de Deborah Gomes de Paula e Regina Célia Pagliuchi da Silveira;
- **NÃO SOMOS RACISTAS: A NEGAÇÃO DO RACISMO NO DISCURSO DA MÍDIA CORPORATIVA BRASILEIRA**, de Daniele de Oliveira;
- **O RELATOR E A ENCENAÇÃO DO MÚLTIPLO: ANÁLISE DOS ATORES**

**DISCURSIVOS E DA GESTÃO DOS SEUS PONTOS DE VISTA NO DISCURSO JURÍDICO**, de Adriana do Carmo Figueiredo;

- **CONTORNOS DE UMA VIDA A PARTIR DE UM DISCURSO DE POSSE**, de Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis;
- **O CORPO EM ESTADO DE POESIA: A APREENSÃO CORPORAL DAS LINGUAGENS POÉTICAS**, de Olga Valeska Soares Coelho;
- **LITERATURA EM QUADRINHOS: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSONAGEM “DESEJO”, DE NEIL GAIMAN**, de Carolina Casarin Paes;
- **A TURMA CAIPITA DE CORNÉLIO PIRES: REGIONALIDADES E MÚSICA CAIPIRA NO DEBATE DA NACIONALIDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**, de Lays Matias Mazoti Corrêa;
- **CASAMENTO NO SÉCULO XXI: RELEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS**, de Laís Marina de Souza;
- **A DANÇA COMO RECURSO DIDÁTICO PSICOMOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CRIATIVA E DA DESCOBERTA DO CORPO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**, por Carlos Alexandre Borges de Lima e Maria do Perpétuo Socorro Bandeira Moraes;
- **RELATOS DE VIVÊNCIAS MACHISTAS**, por Loriane Trombini Frick, Bruno Barbosa de Souza, Leidyane Tiberio Neves, Karianny Aparecida Gerotto del Mouro, Alysson Mateus Rabelo Kiessow, Ígor Prochnow e Joyce Coldebella;
- **POLÍTICA SOCIAL, DIREITOS E CIDADANIA NO CAPITALISMO: (IN) VISIBILIDADE SOCIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABÁ-MT**, por Leila Chaban;
- **#PRIMEIROASSÉDIO: AS CICATRIZES DO SEXO IMPOSTO EXPOSTAS NAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA DE COMBATE AO ESTUPRO**, por Magall Simone de Oliveira; e
- **RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS EM SERGIPE: LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA**, por Vanderson de Gois Santos.

Tenham excelentes diálogos!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
MAX WEBER FRAGMENTADO: ANÁLISE SOBRE A IMPORTAÇÃO SECIONADA DE IDEIAS INTELECTUAIS	
Márcio José Rosa de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3581914081</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
CULTURA E TRADUÇÃO: UMA BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA	
Paulo Gerson Rodrigues Stefanello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3581914082</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
COMPREENDENDO O OLHAR DO USUÁRIO SOBRE A LÍNGUA: MITOS IDEOLOGICAMENTE E CULTURALMENTE SITUADOS	
Maressa de Jesus Evangelista Glória Dias Soares Vitorino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3581914083</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
MÍDIA, LINGUAGEM E EXCLUSÃO: A DESIGUALDADE SOCIAL POR MEIO DA PREDILEÇÃO DE USOS LINGUÍSTICOS	
Danúbia Aline Silva Sampaio Jairo Venício Carvalhais Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3581914084</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>52</b>
DESIGUALDADE E CIÊNCIA: O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS	
Carla Andréia Schneider Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3581914085</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
DISCURSO JORNALÍSTICO E DESIGUALDADE SOCIAL: CONTEXTOS E IMPLÍCITOS EM EXPRESSÕES MULTIMODAIS DE TEXTOS JORNALÍSTICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ESCÂNDALO	
Deborah Gomes de Paula Regina Célia Pagliuchi da Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3581914086</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
NÃO SOMOS RACISTAS: A NEGAÇÃO DO RACISMO NO DISCURSO DA MÍDIA CORPORATIVA BRASILEIRA	
Daniele de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3581914087</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>88</b>
O RELATOR E A ENCENAÇÃO DO MÚLTIPLO: ANÁLISE DOS ATORES DISCURSIVOS E DA GESTÃO DOS SEUS PONTOS DE VISTA NO DISCURSO JURÍDICO	
<i>Adriana do Carmo Figueiredo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3581914088</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>101</b>
CONTORNOS DE UMA VIDA A PARTIR DE UM DISCURSO DE POSSE	
<i>Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3581914089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>110</b>
O CORPO EM ESTADO DE POESIA: A APREENSÃO CORPORAL DAS LINGUAGENS POÉTICAS	
<i>Olga Valeska Soares Coelho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35819140810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
LITERATURA EM QUADRINHOS: CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSONAGEM “DESEJO”, DE NEIL GAIMAN	
<i>Carolina Casarin Paes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35819140811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>128</b>
A TURMA CAIPIRA DE CORNÉLIO PIRES: REGIONALIDADES E MÚSICA CAIPIRA NO DEBATE DA NACIONALIDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
<i>Lays Matias Mazoti Corrêa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35819140812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>142</b>
CASAMENTO NO SÉCULO XXI: RELEITURA E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS	
<i>Laís Marina de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35819140813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>153</b>
A DANÇA COMO RECURSO DIDÁTICO PSICOMOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO CRIATIVA E DA DESCOBERTA DO CORPO NO ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Carlos Alexandre Borges de Lima</i>	
<i>Maria do Perpetuo Socorro Bandeira Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35819140814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
RELATOS DE VIVÊNCIAS MACHISTAS	
<i>Loriane Trombini Frick</i>	
<i>Bruno Barbosa de Souza</i>	
<i>Leidyane Tiberio Neves</i>	
<i>Karianny Aparecida Gerotto del Mouro</i>	
<i>Alysson Mateus Rabelo Kiessow</i>	
<i>Ígor Prochnow</i>	
<i>Joyce Coldebella</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35819140815</b>	



<b>CAPÍTULO 16 .....</b>	<b>179</b>
POLITICA SOCIAL, DIREITOS E CIDADANIA NO CAPITALISMO: (IN)VISIBILIDADE SOCIAL DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABÁ-MT	
<a href="#">Leila Chaban</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35819140816</b>	
<b>CAPÍTULO 17 .....</b>	<b>193</b>
#PRIMEIROASSÉDIO: AS CICATRIZES DO SEXO IMPOSTO EXPOSTAS NAS REDES SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA DE COMBATE AO ESTUPRO	
<a href="#">Magali Simone de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35819140817</b>	
<b>CAPÍTULO 18 .....</b>	<b>209</b>
RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS EM SERGIPE: LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA	
<a href="#">Vanderson de Gois Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35819140818</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>224</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>225</b>

## RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS EM SERGIPE: LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA

### Vanderson de Gois Santos

Vanderson de Gois Santos. Mestre em Antropologia Social. Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Antropologia. Cidade universitária Prof. José Aloísio de Campos. Av. Marechal Rondon, s/n Jardim Rosa Elze Prédio da Didática II, Pavimento superior. CEP 49100 – 000 São Cristóvão – SE. vandinhogois@hotmail.com

**RESUMO:** A preocupação analítica central se situou, não só, no estudo das relações entre modalidades de participação política e recursos socioculturais, acionados sob as lógicas subjacentes ao jogo político; mas também, na análise dos elementos simbólicos presentes no que estamos chamando aqui de simbologia da representação política feminina. O caminho foi analisar os discursos, os signos, as classificações e as formas de ação contextualmente construídos por agentes sociais localizados em situações específicas. Também visou à análise das bases e lógicas sociais subjacentes às definições que classificam ações ou atores como sinais de “competência política”. Uma análise que apreende a “política” em ação, como os agentes sociais, localizados numa cultura específica, dizem fazer política ou identificam como feita por outros, ou seja, buscaram-se as formulações

de agentes específicos sobre atividades que dizem pertencer à “política”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representação política. Mediação. Trajetórias.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho está inserido numa linha de estudos sobre processos de recrutamento e participação política, voltada à análise das modalidades de inserção política, os recursos acionados e as formas de atuação de agentes e grupos no espaço político (Bourdieu, 1989). Nesse sentido, a preocupação analítica central aqui se situou, em termos mais gerais, na apreensão das relações entre modalidades de participação política e recursos sociais e culturais (idade; titulações, sobretudo, escolar e profissional; experiências profissionais; trajetórias de vida; formas de apresentação de si, entre outros.), acionados de acordo com as lógicas subjacentes ao jogo político; e, num nível mais específico, interessou à investigação a análise dos elementos simbólicos presentes no que estamos chamando aqui de *simbologia da representação política feminina*, constituída pela presença da participação das mulheres em atividades político-partidárias. O caminho foi tentar analisar os discursos, os signos, as classificações e as formas de ação

contextualmente construídos por agentes sociais localizados em situações específicas, em torno da presença da *mulher* no jogo propriamente político. O estudo também visou à análise das bases e lógicas sociais subjacentes às definições que visam a classificar ações ou atores como sinais de “competência política” (Bourdieu, 1983).

Dessa maneira, o ponto de partida da pesquisa, como problema analítico, são algumas observações anteriores, citadas acima, e, principalmente, indicações de trabalhos sobre o processo de participação política mediado pela análise das condições e recursos sociais postos em pauta (Coradini, 2002, 2007; Oliveira, 2008); sobre as práticas cotidianas de viver e pensar a “política” (Bezerra, 1999; Kuschmir 2000), assim como, sobre modalidades postas em prática na apresentação e legitimação de candidaturas no período eleitoral (Barreira, 1998; Coradini, 2001) e formas de participação política nesse período (Palmeira & Goldman, 1996), que apontam, sobretudo, o fato de a principal forma de legitimar posições ocupadas dentro do campo político ou pretensões à ocupação em tais cargos é a referência a algum tipo de “competência”, a algum trunfo julgado por agentes específicos como sinal de credenciais à inserção ou ao deslocamento na política, entre os quais se destacam a condição prévia de “líder”, a obtenção de titulações escolares e/ou profissionais, características pessoais e naturais – cor, idade, gênero – condições socioeconômicas, enfim, alguma forma de apresentação de si que lhes possibilitem notoriedade entre seus pares.

Investigaram-se as correlações entre condicionantes culturais e sociais, trajetórias e formas de inserção política; as principais ações cotidianas ligadas ao exercício parlamentar; os símbolos, imagens e representações acionados em distintos momentos e, principalmente, em torno da identificação de gênero na participação cotidiana. O material utilizado como fonte de informação decorre de uma investigação mais ampla sobre os diversos planos de ação em que as atividades são construídas, como a relação entre a instituição partidária, os princípios do mandato parlamentar, o contato com as bases eleitorais e as atividades rotineiras do gabinete. Além disso, pretendeu-se compreender essas atividades como possibilidades e estratégias de reconversão em recursos eleitorais.

Em tal estudo foram realizadas entrevistas biográficas semidirigidas na tentativa de construção da trajetória de Goretti Reis, das condicionantes que fundamentam sua inserção política e suas ações dentro de seu mandato. Além disso, foram realizadas observações etnográficas sobre as principais atividades desenvolvidas pelos assessores nos gabinetes e em outros espaços de atuação; a relação entre essas atividades e as possibilidades e as estratégias de apresentação de si, tendo por base a identificação de gênero; os usos sociais da noção de *mulher*, os discursos produzidos em torno dessa noção, o contexto em que são produzidos, os interlocutores presentes nessas enunciações. Por outro lado, procuramos “ultrapassar” o nível da observação das práticas rotineiras e apreender, à medida do avanço da pesquisa em campo e das possibilidades, os sentidos, os significados construídos por esses agentes em torno

da participação política (Weber, 2001; Geertz, 1973) que atuam como elemento de orientação de suas ações.

Nesses termos, procuramos investigar, num primeiro momento, as propriedades sociais das seis mulheres parlamentares presentes nesta última legislatura (17<sup>a</sup> – 2011 a 2015), concentrando-se mais detidamente no exercício cotidiano das atividades políticas da deputada Goretti Reis (Partido Democratas), cuja assessoria direta é composta por quatro (4) assessores que dividem a organização e o funcionamento de seu gabinete no prédio da Assembleia Legislativa. Além dessa equipe, encontram-se *peessoas de confiança* da deputada em Lagarto – município de Sergipe no centro-sul considerado sua *base eleitoral* –, na casa de apoio Artur Reis, onde se desenvolvem cursos profissionalizantes de pequeno porte (artesanato, corte e costura, beleza e estética) e uma consultoria jurídica para a população de baixa renda. O universo político que tais atividades se desenvolvem foi um lugar sociológico privilegiado devido a algumas particularidades observadas em relação ao ingresso na esfera político-partidária, à constituição do capital político e à posição política notadamente assumida dentro da Casa. Observaram-se, nesse caso, não só seu posicionamento de esquerda ao governo do estado, como também a presença constante em suas atividades cotidianas de indicações legislativas para a cidade de origem da deputada (município de Lagarto). Além disso, a posse de um capital político fundado na herança familiar de participação política nas três esferas do poder é considerada decisiva para entrada nesse universo, tido inicialmente pela parlamentar como um espaço onde as formas de atuação masculina eram mais legítimas.

## **RECURSOS SOCIOCULTURAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA: CREDENCIAIS E LEGITIMAÇÃO POLÍTICA**

Toda estrutura política supõe regras variáveis, nas quais coexistem elementos considerados necessários para que os atores sociais desempenhem um papel dentro de um específico cenário político. São qualidades que incluem atributos naturais (gênero, idade e cor), ao lado de outros determinantes socioculturais, relativas à experiência política, à riqueza material, à titulação escolar. Em outras palavras, as possibilidades de um indivíduo participar ou não de atividades consideradas próprias da “política” – sindicatos, associações, partidos, cooperativas, ONGs, por exemplo - podem ser analisadas através de uma série de fatores sociais e culturais. Entre o interesse, a inclinação e a participação efetiva em algum movimento coletivo, em defesa de alguma “causa” entrelaçam-se diversos fatores que combinam condicionantes culturais e sociais (origem social, convívio familiar, socialização religiosa e política, trajetória social, “experiências” vividas) com conjunturas pessoais e históricas (contexto político, “eventualidades”, “dom”, “oportunidades”). Dessa maneira, a tentativa de reconstituição dessas propriedades sociais das seis parlamentares que atualmente ocupam a Casa Legislativa do Estado foi ponto de partida da observação realizada.

Observa-se que a faixa etária dessas mulheres parlamentares compreende um intervalo entre os 50 e pouco mais dos 60 anos (apenas um caso com 63 anos), como se verifica na tabela

DEPUTADAS	NASCIMENTO	CARGO POLÍTICO ANTERIOR	INFLUÊNCIA POLÍTICA
SUZANA AZEVEDO	17/05/1949	VEREADORA (ARACAJU) (1993-1994)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
MARIA MENDONÇA	10/03/1954	ASSESSORA PARLAMENTAR (1987-1995)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
DRA. ANGÉLICA	07/12/1954	PREFEITA (JAPOATÃ) (1992 – 1996)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
ANA LÚCIA	11/08/1958	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO (ARACAJU) (2000 – 2002)	MILITÂNCIA SINDICAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA
GORETTI REIS	01/12/1961	SECRETÁRIA DE SAÚDE (LAGARTO) (1997 – 2002)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
CONCEIÇÃO VIEIRA	13/02/1961	VEREADORA (ARACAJU) 2005 - 2007	MILITÂNCIA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA

Tabela 01: Engajamento e participação política

Fonte: TRE – SE e Assembleia Legislativa de Sergipe

Essa concentração não apenas nos mostra um envelhecimento de trajetórias marcadas por experiências em postos de comando de diversas naturezas – militância em associações (sindicato e filantropia), cargos no Executivo (chefe municipal, secretarias municipal e estadual) e no Legislativo (assessoria parlamentar estadual e legislatura municipal), mas também, permite-nos visualizar que suas primeiras participações em atividades de caráter de direção coincidem com o período entre os 20 e 30 anos (apenas dois casos com 38 anos), cujas ocupações predominam em suas respectivas áreas de formação profissional. Dessa maneira, podemos observar que essa fase atua como um dos momentos principais na formação do sentimento de competência e de segurança considerados necessários à notoriedade e legitimidade políticas, pois nessa fase os indivíduos através de suas experiências entram em contato com diversos espaços que tendem a orientar suas referências, suas marcas intelectuais que definem as respectivas trajetórias.

Constata-se que o exercício anterior de atividades de direção caracteriza os itinerários sociais que podem explicar em parte o atual cargo político exercido por elas. Existe uma convergência de fatores socioculturais e políticos que fundamentam em diferentes escalas os sucessivos mandatos parlamentares em nível estadual. Nesse sentido, observou-se ainda que as dinâmicas de configuração do *capital político* indicam que em tal situação o processo de participação político-partidária não se caracterizou pela imposição das competências como o requisito principal dos processos de constituição e apresentação de dos programas políticos dessas

parlamentares em diferentes contextos. Pelo contrário, os usos da formação escolar e atuações profissionais estão sempre associados às influências familiares e/ou à militância político-social e são esses respectivos vínculos que fundamentam tanto as perspectivas e os desdobramentos de suas atuais atuações políticas quanto suas intervenções nas instâncias formais das instituições políticas. Nesses termos, destacamos duas modalidades de inserção política, a partir do peso atribuído pelas próprias parlamentares como fator responsável em seus respectivos ingressos na esfera político-partidária. De um lado, há um ingresso notadamente marcado pela influência de ascendentes familiares que tiveram cargos na esfera partidária, constituindo-se como uma espécie de “heranças políticas”. Por outro lado, a inserção é explicada pelas atuações na militância estudantil, sindical e social, na qual a família apresenta apenas as condições de socialização para uma inclinação política, como o gosto pela leitura, discussões de teor esquerdista, envolvimento com arte engajada, entre outros.

Além disso, verifica-se que essas mulheres na maior parte são oriundas de cidades do interior (apenas as deputadas Ana Lúcia e Suzana são naturais de Aracaju, ver tabela 02). A mudança para a capital coincide com a necessidade de concluir os estudos secundaristas ou ingressar no ensino superior – em geral combinados. Neste momento, são encontrados condições e formas de convívio social fundamentais a uma socialização política, principalmente através de cargos de direção em suas respectivas áreas de formação superior. Tal formação dessas deputadas promove uma sociabilidade que lhes permite aglutinar recursos e atributos como sinais de notoriedade em seus respectivos campos profissionais. Assim, Ana Lúcia formada em Pedagogia pela UFS, na qual participa exaustivamente da militância estudantil e de projetos de extensão, defendendo e atualizando suas concepções de esquerda formadas inicialmente no seio familiar, é presidente de uma associação sindical de professores por dois mandatos que funciona como trampolim para sua visibilidade política e candidatura para o legislativo estadual.

Do mesmo modo, Goretti Reis (DEM), após sua mudança para a capital para concluir seus estudos, ingressa na faculdade de enfermagem pela UFS e decididamente assume cargos de direção em postos de saúde e maternidades em Aracaju, o que lhe assegura não só um capital social decisivo para sua notoriedade na *saúde*, como também indicação para a secretaria municipal de saúde em Lagarto em 1997, época em que seu irmão Jerônimo Reis assume o Executivo municipal e desconhecia de sua eficácia técnico-administrativa, visto que, como ela própria atesta, ele morava em Lagarto e não tinha conhecimento com profundidade de seu exercício como enfermeira. Nesse sentido, a socialização política ou a inclinação para a formação de atributos pessoais e ou profissionais como garantia de sucesso e de destaque em determinados espaços sócio-políticos é em grande medida definida a partir dos vínculos criados nesse período de graduação ou de exercício profissional, configurando-se como um importante elemento norteador para o exercício de suas atuais posições, obviamente combinado, em níveis diferentes, com a socialização e a herança familiares numa

simbiose sociocultural convertidas em capital político.

## **COTIDIANO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES: A (RE) CONSTRUÇÃO DO NOME GORETTI REIS**

Existem diferentes atividades de gabinete e, conseqüentemente, também formas específicas de atuação. Avança-se, assim, na compreensão dos valores e das concepções a respeito das atuações parlamentares e de questões mais gerais, como suas definições de “política” e de representação, ao se examinar o funcionamento da organização existente no gabinete, os princípios de atuação e as estratégias de ação dos assessores e parlamentar envolvido diuturnamente nessas atividades. Consiste na tarefa central dessa seção considerar mais detidamente como esses trabalhos são realizados, o tipo de preocupação e interesse desses personagens ao atendimento da população e para “levar” positivamente o nome da parlamentar para as comunidades/cidades que formam sua *base eleitoral*. Em outras palavras, essas esferas de atuação são espaços socioantropológicos privilegiados, considerados por nós, para compreender a dinâmica de atividades que atravessam e marcam seu cotidiano parlamentar. Além disso, compreender as formas de atuação, de apresentação de si, do jogo e interesses políticos que se constrói a partir dessas ações e os valores que se interpenetram com essas práticas. Uma tentativa de reconstituição do universo de atuação da deputada e as noções de representação política que se estabelecem e promovem sentido para os atores sociais que mantêm em diferentes níveis contatos e relações mais diretas com a parlamentar.

A rotina das atividades de gabinete desempenhadas pelos assessores pode ser organizada em três planos de ação: atividades administrativas, legislativas e “políticas”. As atividades propriamente de gabinetes são compostas não só de atividades burocrático-administrativas, como também de recepção de pessoas que por diversos motivos aparecem todos os dias, que consiste, sobretudo, em saber identificar e selecionar as pessoas que devem realmente ser atendidas, assim como, reunir previamente informações sobre essas demandas. Esse serviço é considerado uma função intermediária, porque quem estabelece realmente as condições e as possibilidades de atendimento é a própria parlamentar. Nesse sentido, existem diferenças de atenção às solicitações. Há um processo de seleção responsável pela separação dos pedidos que tenham condições de ser atendidos daqueles em que as condições de realizá-los são remotas.

Essas indicações coincidem com aquelas apontadas por Bezerra (1999) em relação à atuação dos parlamentares em Brasília dirigida para a liberação de recursos públicos federais para suas *bases eleitorais*. O autor destaca que os parlamentares definem critérios sobre o atendimento ou não dos *pleitos*. Existe uma hierarquização, segundo o autor, dos pleitos e, por conseguinte, dos laços sociais que se tecem em torno do atendimento desses pedidos. O julgamento da possibilidade ou não de

atender as demandas depende do cruzamento de uma série de elementos: partido, região, votação, “honestidade” do solicitante, das condições efetivas do parlamentar de intervir em favor da demanda. Nesse sentido, a concepção de que o acesso aos parlamentares deve ser feito sem nenhum obstáculo, orientada sob a ideia da representação simbólica que não procura distinguir a população, é definida na prática pela seleção de demandas baseada em critérios que apontam para a preocupação dos parlamentares e assessores com o estabelecimento e manutenção de vínculos que possam gerar, em última instância, votos e notoriedade política.

As atividades que consideramos como legislativas compõem as atuações voltadas para a elaboração de atos legislativos – moções, ofícios, requerimentos, proposituras, projetos de lei e indicações. Nessa atuação, a parlamentar necessita do trabalho de assessores que estão diretamente ligados com a rotina de atividades na Casa legislativa. Esses assessores procuram orientá-la sobre os principais acontecimentos do dia e as discussões do plenário. Por isso, a leitura de jornais é considerada fundamental para essa atividade. É muito comum ver assessores lendo diversos tipos de jornais que abordam questões econômicas, políticas, sociais e culturais presentes em Sergipe e na esfera nacional.

No gabinete, os assessores buscam constantemente informações na mídia julgadas por eles como de interesse de seus parlamentares. Assinalam matérias, escrevem resumos para apresentar de forma sucinta essas notícias. Procurar essas informações sobre os principais fatos e notícias, como eles definem essa atividade, não é simplesmente uma questão de “estar informado”, mas sim um mecanismo de definição das estratégias de atuação dos parlamentares analisados nas sessões ordinárias e nas comissões permanentes das quais fazem parte.

Geralmente, na elaboração dos textos e discussões dos pontos que precisam ser redigidos nos projetos, a parlamentar necessita de um trabalho mais técnico, mais acurado e objetivo. Esse é um momento no qual as participações dos assessores são restritas, valendo-se da necessidade de uma formação e de experiências técnico-burocráticas desses agentes. O processo de elaboração desses atos legislativos consiste na leitura de estatísticas, de relatos, de discussões mais gerais que permitem um posicionamento mais fundamentado, mais preciso de suas pronúncias e elaborações. Assim, existe um pedido constante de consultorias cujas áreas não apresenta um domínio.

As consultorias são alternativas encontradas para assumir posições mais coerentes e sábias para aqueles que se definem como a base de sua representação política. É uma forma de atuar, assim, em benefício da atuação do parlamentar como uma pessoa legítima para proferir discursos, opiniões e questionamentos com um máximo de eficácia possível, através, sobretudo, dos subterfúgios de informá-la sempre sobre as discussões julgadas como interessantes ao seu mandato, ou seja, uma forma de agir de forma positiva no mundo social a partir do conhecimento que esses agentes possuem acerca desse mundo (Bourdieu, 1996). O êxito de suas atuações é definido



pelo domínio que o político adquire da “cultura parlamentar” em jogo (Kuschnir, 2000). Suas atividades propriamente legislativas exigem o convívio com um universo social com regras específicas e bem definidas, uma forma de atuação em que a formalidade e a objetividade das informações orientam essas práticas. Essa interação implica negociação permanente, regras formais de tratamento, de organização das falas, dos textos, do tempo e do espaço, que obedecem, assim, a uma etiqueta específica, muito diferente dos princípios de tratamento concedidos em seus gabinetes, que em muitos casos a informalidade opera nesse tipo de relações, sem uma elaboração mais requintada de tratamento, linguagem, tom das conversas e gestos.

As atividades “políticas” constituem como “campanha permanente” das atividades parlamentares. Essas ações que podem ser definidas por esse termo estão relacionadas exclusivamente com a função de intermediar o contato da parlamentar com a população em geral. O atendimento a eleitores, o contato com diversos grupos (comunitários, profissionais, entre outros) e a tentativa de resolução dessas reivindicações constituem o que definimos como a dimensão “política” das atividades de gabinete. A deputada costuma receber em seu gabinete pessoas oriundas das cidades do interior do Estado, sobretudo, daquelas que obteve votação. São eleitores, amigos, autoridades políticas – vereadores dessas cidades.

Os contatos estabelecidos entre a deputada e a população e autoridades municipais são estabelecidos de duas maneiras. De um lado, o atendimento no gabinete de eleitores, principalmente, das cidades consideradas a “área da deputada”. Os eleitores que a procuram são provenientes de seu colégio eleitoral, definido pela alta concentração de votos no município de Lagarto e algumas cidades nas quais a votação é relativamente menos expressiva. Nesse polo, as demandas são mais referentes às necessidades individuais e não necessitam muito do contato direto com a deputada, o chefe de gabinete é responsável, sobretudo, por esses atendimentos. Por outro lado, existem as reivindicações da população da área da deputada. Esse tipo de atendimento exige a presença física da deputada nessas localidades, geralmente, feita por contatos de assessores em Lagarto e de pessoas que se deslocam até seu gabinete em Aracaju. É interessante observar que esse tipo de pedido, classificado pela deputada como “questões regionais”, diz respeito aos problemas que afetam uma coletividade.

As possibilidades de atendimento ou não constituem um dos elementos de distinção dos parlamentares. A maior “facilidade”, as “chances” de resolver problemas e solicitações de coletividades definem o poder social do parlamentar (Bezerra, 1999) e distingue-os do cidadão comum. O desempenho desses políticos é avaliado, em termos práticos, pela demonstração pública do interesse por essas demandas pessoais ou coletivas e pelo esforço em resolvê-las.

No entanto, existem condições nas quais a resolução dessas solicitações torna-se “complexa”, porque no trabalho do parlamentar há limitações que o impedem de atendê-las, obrigando-o “fazer o que pode”, relativas às atribuições legais e ou

ao posicionamento político que desempenha no jogo de interesses na obtenção de recursos que garantam resolver as demandas dirigidas à parlamentar.

Os assessores, dessa forma, atuam como intermediários entre as comunidades e a deputada, são aqueles que não só pertencem à cidade ou tem “conhecimento” com os moradores, mas também possuem as chances de contatar o poder público para intervir nessas comunidades. Kuschnir (2000) apresenta em seu estudo sobre o cotidiano de atividades do mandato de Marta Silveira, uma vereadora de votação concentrada no subúrbio carioca, o *duplo vínculo* dos assessores de Marta que atuam no “trabalho de rua”, o pertencimento e a comunicação com outros universos. Destacando, nesse caso, as diferentes atuações desses agentes e os códigos acionados em situações específicas, exigindo-lhes traduções de interesses e necessidades de uma esfera para outra, nas quais as lógicas de interação parecem não se combinarem ou são traduzidas em termos não identificados claramente nos respectivos campos de atuação.

## **AS DIMENSÕES SUBJETIVAS EM TORNO DO COTIDIANO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES**

As atividades desenvolvidas no gabinete apontam, basicamente, para duas formas de contato com a população. Em um polo, atividades voltadas, sobretudo, para o atendimento de necessidades individuais. No outro extremo, encontra-se o esforço para resolver problemas que estão ligados a determinadas comunidades / cidades, que afetam diversas pessoas. São solicitações que exigem diferentes formas de ação da parlamentar e de sua assessoria. Esses padrões de relacionamentos com a população são classificados pelos assessores e pela parlamentar, em intensidades diferentes, como “pessoais” e “políticos” ou “comunitários”. Uma distinção não elaborada para indicar que esses agentes dedicam-se exclusivamente a uma ou a outra, pois atuar nesses dois planos não é algo excludente.

Essa separação parece marcar, sobretudo, as concepções a respeito das atribuições parlamentares, nas quais é preciso atuar em benefício da “população” da cidade/do Estado, de forma geral, sem qualquer distinção, assim como, “ajudar” os “eleitores” que os procuram, correspondendo às expectativas daqueles que deram credibilidade. Essas duas frentes de atuação estão presentes na rotina de atividades e encontram-se objetivadas na própria organização do gabinete, no qual encontramos assessores cuja tarefa principal é tratar de questões legislativas e outros responsáveis para o contato mais direto com as *bases eleitorais*. No entanto, há um esforço em privilegiar, por parte dos assessores e da deputada, um contato mais “político”, que questões referentes à coletividade sejam discutidas em detrimento às relações mais “pessoais”, vistas de um ponto de vista ideal como menos legítimas de participação política. Além disso, sinaliza as diferentes interpretações de alguns eleitores e da parlamentar analisada a respeito de suas atribuições políticas. Nesse sentido, esses dois padrões de relacionamento são definidos e redefinidos em termos práticos, nos

quais a atenção dada a um ou ao outro é vista de forma negativa pelas pessoas que por alguma forma os procuram.

Dessa maneira, a importância concedida a esses dois pólos de atividades sinaliza a concepção de tais agentes sobre quais elementos são considerados eficazes em relação a suas práticas de “fazer política”. As atividades dentro do mandato parlamentar são constantemente avaliadas e reorganizadas sob a orientação de atingir uma eficácia política, definida pelo raio de atuação que seus trabalhos possam alcançar e serem reconhecidos pela população. Assim, os elementos considerados fundamentais para o exercício dos respectivos princípios que pautam seu mandato apontam, sobretudo, para uma definição de política como uma atividade que necessita de uma constante elaboração de estratégias de contato com os eleitores. Uma definição que procura distanciar-se daquelas que consideram as campanhas eleitorais o momento mais legítimo e oportuno para um contato mais direto. A valorização da atividade permanente, ao longo de todo o mandato é uma tarefa primordial para esses assessores.

O “trabalho de gabinete”, nesse caso, é definido negativamente, pois se refere ao ambiente fechado dos gabinetes, sem um contato mais amplo possível com a “comunidade”, que permite formulações como *fulano é um político que trabalha no gabinete*. Em contraposição, atuar na área externa significa, nesses termos, “ir à rua”, “trabalhar”, desenvolver um “trabalho de base” que possibilite um reconhecimento positivo, através dos votos. Atribui-se, assim, um sentido para suas tarefas que consiste no trabalho constante, diferentemente das concepções que procuram localizar no tempo essas atividades, principalmente, no período eleitoral. Esse significado de atividade constante aponta para a concepção de campanha permanente, organizada em torno de “visitas” e “conversas” no interregno entre as eleições. Assim, “dar sustentação a esses votos, aos amigos” figura como um valor primordial na organização das atividades que compreendem cada gabinete.

Dessa forma, atuar em contato com os eleitores, com as pessoas que de alguma forma os procuram é outro valor que fundamenta a noção de “campanha permanente”. Como as atividades políticas são identificadas pela população em geral como distantes de suas interações e ações cotidianas, é preciso, de algum modo, torná-las visíveis (Palmeira, 2006). Além de visitas, de atendimento nos próprios gabinetes, os parlamentares e suas assessorias procuram, em níveis diferentes, estar presentes no cotidiano das pessoas. Uma das possibilidades é a inauguração de obras, participação e promoção de eventos, entrevistas concedidas às diferentes mídias, enfim, todos os meios possíveis de tornar-se visível frente àqueles que identificam um tempo certo para essas atividades. Dessa maneira, existem atividades de comunicação elaboradas nos gabinetes que visam, sobretudo, informar à população sobre os benefícios que os parlamentares conseguiram realizar, suas discussões e questões defendidas.

No gabinete, o trabalho de assessoria de comunicação é definido para aproximar os eleitores. Para tanto, a construção do site de Goretti Reis é um indicativo dessa atuação, pois a divulgação de notícias sobre suas indicações e atuações e sua agenda

política é uma tentativa de transparência de seu mandato. Outro aspecto, é a divulgação, nesses três últimos anos de mandato, de um boletim informativo das atividades, uma espécie de jornal que sintetiza suas principais atuações em três grandes domínios: denúncias sobre ações tidas como irregulares do governo do Estado e do município de Lagarto, marcando sua posição política de oposição; suas indicações na Casa de benefícios para sua *base eleitoral*, o município de Lagarto; e as principais visitas e homenagens que visam a destacar sua notoriedade e reconhecimento político dentro de diversas esferas sociais e políticas em Sergipe. Essas práticas não só assinalam a necessidade da constante aproximação, mas também, revelam uma concepção política cujos termos se inclinam para uma atuação nominal e direta do parlamentar, através de concessões de indicações e benefícios para Lagarto, concebidas como espaço de atuação legítimo que lhe rende visibilidade e distinção política.

Os valores e as estratégias de ação que orientam essas atividades podem ser agrupados em torno das concepções de *proximidade*, *identificação* e *transparência*. As diferentes atividades convergem, em diferentes níveis, para o objetivo de ajustar essas práticas em torno de tais eixos de orientação. Nas situações observadas, o contato com o “povo” é muito valorizado, revelando a articulação entre os parlamentares e os eleitores. O significado elaborado de “campanha permanente”, estar em constantes “visitas”, atender as pessoas que chegam até os gabinetes exprimem bem essa ideia de *proximidade*. Além disso, as atividades de comunicação, nas quais a informação das ações e atuações no cenário político-social, as constantes entrevistas em diferentes mídias, a confecção de jornais, calendários e a elaboração de um site são práticas que privilegiam as relações como objeto de contato mais amplo com a população. A função da *proximidade* significa tornar público o nome da parlamentar, na busca de prestígio e reconhecimento diante de seus pares. Estar no centro de notícias, dos acontecimentos ou estar próximo fisicamente constituem, portanto, uma das estratégias rotineiras das atividades pensadas pelos assessores nos gabinetes.

A ideia de *identificação* sugere uma proximidade mais profunda, através da explicitação de características ou condições semelhantes entre a parlamentar e eleitores, acionadas em momentos oportunos, nos quais a dimensão pública das atividades de mandato e do gabinete está em evidência. No caso da deputada, a afirmação em atividades públicas, como eventos, seminários e conferências, de sua condição de mulher, de sua luta pela garantia e efetivação de direitos aos funcionários públicos, principalmente, os profissionais de enfermagem do Estado e sua defesa aos movimentos sociais organizados, conferindo-lhe experiência e uma visão real dos problemas dessas parcelas sociais, apontam como elemento que visa identificar com aqueles que a procuram e votaram. Da mesma forma, a expressão de sua cidade de origem, onde nasceu e viveu desde a infância e que conhece as necessidades da cidade e da região circunvizinha sinaliza também para esse aspecto. Assim, se a ideia de *proximidade* revela distâncias que precisam ser minimizadas entre os parlamentares e as pessoas, percebidas nas formulações *fazemos visitas aos nossos amigos*, a

*identificações* sugere semelhanças de condições e repõe as diferenças eufemizadas.

Os valores alusivos à *transparência* permitem colocar o funcionamento da “política” em questão. É comum ouvir entre os assessores formulações a respeito das possibilidades em “resolver um caso”. Quando as pessoas os procuram, eles tentam reunir informações sobre as características dos problemas, para informar os procedimentos que têm que ser adotados e se estão dentro dos limites de atuação da parlamentar, funcionando, assim, como uma espécie de freio, de filtro das demandas. No caso de impossibilidade de resolução, são expressos os recursos e os acessos de que dispõem e os trâmites burocráticos que organizam as decisões e a “política”, na tentativa de denunciar os limites impostos pela burocracia do governo e seus esforços em tentar resolver. Assim, apresentar para “aqueles que não sabem” os caminhos que precisam fazer para atender aos pedidos, ou seja, evidenciar os “bastidores” em detrimento das impossibilidades de resolução consiste num valor que procura transparecer as regras para que não sejam enganados com falsas promessas aqueles que os contatam.

A eficácia dessa tarefa é, portanto, definida pelo *potencial de metamorfose* (Velho, 2004) desses políticos, ou seja, pela capacidade que possuem de desempenhar diferentes papéis em universos específicos. Uma *competência* (Bourdieu, 1983) reconhecida socialmente que os caracteriza como aptos e mais propensos para adquirir os recursos necessários para desempenhar essas atividades. Dessa maneira, as atividades que compreendem o funcionamento rotineiro do gabinete e das atividades em geral de seu mandato parlamentar podem ser vistas como um trabalho de representação, que procura definir na prática quais questões e discussões constitui o perfil de sua atuação, de seu mandato, emergindo, assim, uma disputa sobre as formas legítimas de visões e de divisões de mundo. Uma tarefa também de apresentar a parlamentar, suas ideias e vínculos, com o intuito de manutenção da credibilidade firmada em outros contextos, principalmente, nas eleições e que possibilite também novos trunfos para as próximas disputas. Tais atividades constituem formas de reconstrução do sentido da política, nas quais a “transparência” que se revestem as atividades possibilita demonstrar “outro lado” da política, distanciando-se de formulações de opacidade e de distância que muitas vezes caracterizam o universo das atividades políticas. Assim, os valores e os símbolos elaborados em torno desse universo se alimentam dos signos e códigos vigentes nas práticas culturais, tornando-se eficazes pelo conhecimento que os agentes possuem acerca do mundo social (Barreira, 1998; Bourdieu, 1996).

## CONCLUSÃO

O objeto deste trabalho foi definido como sendo o estudo das relações, práticas e concepções sociais produzidas a partir da atuação feminina em atividades político-partidárias no legislativo estadual em Sergipe. Uma análise das bases e lógicas que se circunscrevem no jogo propriamente político de definição e classificação de atores ou ações como sinais de *competência* e notoriedade dentro um espaço atravessado pelas

constantes redefinições de *força* e participação política. As evidências produzidas levam à constatação de que esta atuação inscreve-se num sistema complexo de relações de dependências mútuas, constituído, entre outros, pelos “políticos” e “eleitores”, no qual as classificações e as referências de gênero parecem não ganhar visibilidade nessas interações.

Esta rede de contatos e ações funda-se em concepções sobre a política e, especificamente, sobre a representação parlamentar em que ocupam um lugar privilegiado noções como o atendimento de demandas mais particulares e pessoais, a indicação de projetos e medidas governamentais para a localidade à qual os parlamentares encontram-se politicamente vinculados. Desse modo, ao analisar essas relações baseadas na construção de uma notoriedade política, torna-se evidente uma estrutura social cuja análise permite dar inteligibilidade às formas de ação, discursos e classificações construídos como produtos políticos que precisam ser divulgados num espaço onde existem diversas definições sobre o mundo social.

Este empreendimento analítico lançou mão de um conjunto de análises cujos pressupostos teóricos e metodológicos incorporam uma perspectiva nova ao estudo das atividades identificadas como políticas. Procurando identificá-lo no âmbito das discussões em torno da temática do estudo de elites, em especial de elites parlamentares, buscou-se ampliar a perspectiva de análise aplicada a esse estudo ao se tentar aglutinar diferentes referenciais cujos pressupostos analíticos contrastam em certa medida com aqueles até então utilizados nas abordagens da literatura pertinente. Procurou-se privilegiar a análise sobre o processo de participação política mediado por noções de legitimação do profissional da política através de referências de suas propriedades sociais acionadas especificamente em determinados contextos, julgados por esses agentes como trunfos, credenciais à inserção ou ao posicionamento de seus programas políticos.

Essas indicações nos permitem afirmar que existe uma noção de representação parlamentar definida nessa ideia de mediação entre universos definidos como distintos, que não se aproximam e que precisam de estabelecimento de contatos, visto que a política para esses agentes é definida como um “espaço onde se decide tudo”. Nesses termos, o universo político partidário reveste-se de lógicas sociais e culturais, convertidas em indicações e proposituras de intervenção nas regras e na burocracia das instâncias políticas, nas quais expectativas e interesses são revelados em diferentes níveis e contextos.

Cria-se uma lógica de ação caracterizada sob a ótica da conversão de códigos e linguagens para diferentes campos de atuação. Demandas provenientes de localidades ou grupos vistos como a *base eleitoral* da deputada precisam ser ajustadas em termos formais, em que predominam fatores que precisam ser controlados pela parlamentar para poder manter essa rede de relação. Predominam nesse nível termos mais formais da atuação parlamentar, no qual o conhecimento dessas regras e a eficácia na mobilização de recursos para garantir que as demandas sejam efetivadas

são elementos imprescindíveis na constituição e manutenção de laços pessoais conjugados com a impessoalização da burocracia do Estado.

Dessa maneira, a referência às condições de gênero não predominam nessas atuações. Esse universo pesquisado permite-nos afirmar que as noções de *competência* e *notoriedade* são os indicadores de eficácia política. As constantes referências à formação na “área da saúde” e o acompanhamento das ações do governo nessa área são as principais formas de legitimação de seus programas, indicações e atuação dentro do legislativo estadual. Verifica-se que essas indicações não abrem espaço para definições de *mulher* ou características comumente associadas a esse grupo, em que os recursos sociais e culturais que a parlamentar apresentar como trunfos nesse jogo político constituem seu capital político e credencial na intervenção da ordem burocrática que se inscreve sua postura como parlamentar e nas localidades e grupos aos quais está vinculada politicamente.

## REFERÊNCIAS

BARREIRA, Irllys A. F. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 1998.

BEZERRA, Marcos O. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A representação política: elementos para a constituição do campo político*. In: Idem. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual*. In: Idem. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. SP: Edusp, 1996a.

\_\_\_\_\_. *Cultura e Política*. In: Idem. *Questões de sociologia*. RJ: Marco Zero, 1983.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 2001.

\_\_\_\_\_. *“Escolarização, militância e mecanismos de ‘participação’ política”*. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. *Como se Fazem Eleições no Brasil?* RJ: Relume-Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. *Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas*. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, jun. 2007.

GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura*. In: Idem. *A interpretação das culturas*. RJ: Zahar, 1973.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. RJ: Jorge Zahar Ed, 2000.

OLIVEIRA, W. J. F. de. *Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais*. In: CORADINI, O. L. (org.). *Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PALMEIRA, M. *Eleição municipal, política e cidadania*. In: PALMEIRA, M. & BARREIRA, C (org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. RJ: Relume Dumará, NuAP / UFRJ, 2006.

PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M (org.). *Antropologia, representação e voto*. RJ: Contra Capa Livraria, 1996.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7ª ed. RJ: Jorge Zahar, 2004.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. Trad.: Augustin Wernet. 4. ed. SP: Cortez, Campinas, SP Editora da UNICAMP. V. 2, 2001.



## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos** - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Organizador de obras coletivas pela Atena Editora. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orcid: [orcid.org/0000-0002-5472-8879](https://orcid.org/0000-0002-5472-8879). E-mail: <[awsvasconcelos@gmail.com](mailto:awsvasconcelos@gmail.com)>.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alteridade 23

Assédio 193

### C

Casamento 151

Científico 224

Criança 60, 180, 183, 188, 191, 192, 202

Cultura 11, 16, 17, 18, 22, 23, 120, 127, 141, 192, 206, 222, 224

### D

Dança 8, 110, 111, 153, 155, 162, 163, 164

Desenvolvimento 2, 8, 153, 164, 224, 225, 226, 227

Discurso 36, 39, 50, 52, 62, 64, 66, 75, 76, 77, 83, 87, 88, 89, 90, 99, 100, 101, 102, 108, 109, 121, 142, 143, 150, 151, 152, 206, 208

### E

Ensino 51, 62, 63, 110, 111, 224

Exploração 179, 183, 189, 191, 192

### L

Língua 28, 29, 50, 75, 224

Linguagem 24, 35, 50, 51, 75, 99, 151, 164, 206, 224

Literatura 88, 111, 118, 119, 121, 123, 125, 224

### M

Machismo 165, 167, 171, 172, 173, 174, 175

Max Weber 7, 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15

Mídia 36, 66, 76, 82, 87, 100

Mulher 72, 177

### N

Nacionalidade 128

### S

Sociologia 2, 5, 1, 3, 4, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 127, 222, 224, 225, 226, 227

### T

Tradução 12, 21, 23, 35, 75, 99, 150, 151, 152, 206, 207

## V

Violência 166, 177, 178

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-535-8



9 788572 475358